



PATRIMONIOS
CULTURALES:
EDUCACIÓN E
INTERPRETACIÓN.
CRUZANDO LÍMITES Y
PRODUCIENDO ALTERNATIVAS

Xerardo Pereiro, Santiago Prado
Hiroko Takenaka (Coordinadores)

12

PROCESSOS DE EMBLEMATIZAÇÃO: FRONTEIRA E ACEPÇÕES DE “PATRIMÓNIO”

PAULA GODINHO
FCSH/UNL e CRIA

1. PENSAR O PATRIMÓNIO NA RAIA

No final da década de ‘80 fui acompanhada por um notável da sede de concelho quando me dirigia pela primeira vez a uma povoação da raia de Chaves para uma estadia de campo. No caminho, ia-o ouvindo falar da aldeia, exaltando a existência dum castelo do rei visigótico Wamba mas deplorando a sua destruição pelos aldeões, que não tendo conhecimento da importância do local, haviam retirado as pedras do sítio e feito uso delas. Esse procedimento chocava este homem, que exultava com a preservação dos vestígios dum passado glorioso. Num discurso que remetia para uma história da fronteira em que o lado militar era marcante, evidenciava o papel dos povos desta parcela da raia em acontecimentos de âmbito nacional, principalmente na resistência aos invasores estrangeiros, contrapondo-o ao imobilismo do centro do poder, em Lisboa¹. Inseria essa história localizada na grande história do país, num discurso em que os castelos e as fortificações de carácter defensivo eram destacados, enquanto que para os agricultores locais estas marcas da posição do Estado central podem ser subsumidas, depreciadas ou demolidas, numa plasticidade que recria em novos formatos a sua materialidade, ou reinventa a sua recordação. Das pedras dos castelos, frequentemente ineficazes para livrarem as populações das aldeias de investidas cujo trauma ainda hoje se reencontra, construíram-se casas e pavimentaram-se ruas, reciclando e reaproveitando, numa óptica de bricolage que não cristaliza as relíquias do passado da aldeia.

Já na aldeia, parámos em frente da casa dum vizinho que protegeu sob um alpendre algumas peças arqueológicas que encontrou nas suas

¹ No mesmo sentido, e com referências a esta zona, ver Azeredo, 1984 e 2005.

terras quando lavrava e a quem o meu acompanhante incitava sem sucesso a que consentisse que ficassem à guarda do museu de Chaves. Dias depois, assistiria a uma idêntica conversa, agora entre o vizinho de Cambedo da Raia e um dinâmico jovem que, na sede de freguesia, presidia a uma associação que promovia a criação dum museu local². Tal como o notável da cidade, não conseguiu dissuadi-lo. Argumentava o vizinho que as peças eram dele e da aldeia, que mostravam a antiguidade do local, que estavam cuidadas e que quem as quisesse ver só tinha que se deslocar, porque a estrada não tardava a ficar pronta.

Esta recusa da incorporação das peças em qualquer dos museus empregava uma nova percepção da distância e dos meios para a superar, recusando o lado sacrificial da perda quer por si, quer pela sua aldeia. Com o entendimento de que os centros mais pequenos não têm de renunciar voluntariamente ao seu passado tangível em favor de povoações de maior dimensão, argumentava não só que poderiam ser visitadas a todo o momento, sem estarem sujeitas aos horários de abertura das instituições que habitualmente os guardam, como a sua imagem podia ser registada e reproduzida, sem se ausentarem da povoação. Através destes discursos detectavam-se duas orientações, entre a concepção das relíquias como suporte duma identificação que tinha o passado como essencial, e a que as encarava como matéria de deleite e de reflexão histórica e artística. As guerras, o contrabando, com um discurso explicativo em que a miséria do passado era desencadeadora, ou a emigração, com o seu cortejo de clandestinos a caminho de vários países europeus, integram essa memória tormentosa, com cicatrizes no espaço que avivam a recordação.

² Na sede de freguesia, uma cacofonia de utensilagem agrícola variada e obsoleta, objectos da vida doméstica do passado, da ritualidade e do ócio viria a constituir a base para o museu, embora contando com uma curta contribuição das aldeias anexas, cujos habitantes não aceitavam despojar-se do que sabiam servir para reconstituir o passado da aldeia. Este local, na cave dum edifício com alguma imponência construído de raiz em Vilarelho da Raia, foi organizado no âmbito do Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia nos anos '90. Teve grande vitalidade, aplicada em parte na recolha de elementos materiais e imateriais da «cultura da raia» e na promoção de cursos de verão, seminários e conferências, em associação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade de Vigo, mercê da energia do seu director, tendo entrado posteriormente numa actividade mais rotineira.

Nesse final da década de ‘80, a quase totalidade dos vizinhos vivia da agricultura, havia uma vezeira de cabras, exploravam-se pastagens de altitude e as possibilidades duma terra de boa qualidade nos baixios da aldeia, integrados na veiga de Chaves. Na actualidade, são as pensões de reforma e os afluxos provenientes de migrações de carácter pendular ou sazonal que alimentam a povoação, que olha para fora em busca das vias de reprodução, esvaziada de crianças e com meros resquícios do trabalho da terra.

Nesta comunicação pretendo interpelar os sentidos da renovação da percepção do património na raia galaico-portuguesa entre Verín e Chaves, as suas configurações e transfigurações, através de três dicotomias, uma temporal, outra espacial e uma terceira que remete para as modalidades da estratificação social no contexto da fronteira. O meu argumento está associado a uma visão processual, à prática social e aos agentes individuais e grupais na raia. Até muito recentemente e por um tempo longo, a noção de património esteve sobretudo ligada à herança familiar, que manteve alguma constância, pela escassa mobilidade espacial e social. É significativa a incorporação serôdia desta concepção do património nos dicionários, que remete para um nível emblemático, através do qual indivíduos e grupos particulares edificam a sua identificação, associada a modalidades frequentemente reflexivas da vida actual.

Na sociedade rural do passado, até às vagas migratórias dos anos ‘60 e ‘70, o património e a herança estavam intrinsecamente ligados à terra e à noção de “casa”, unidade que unia um grupo de pessoas através do parentesco e da propriedade. Nesse tempo alongado que se estendeu até às grandes sangrias demográficas, a raia era mais um recurso, utilizado quer no dia-a-dia, quer em momentos de crise da vida individual e colectiva, configurando uma estratégia de resistência (Scott, 1986)³. Na actualidade, com uma ruralidade cada vez mais

³ James Scott, que se debruça sobre as armas dos fracos (Scott, 1985; Scott, 1986) considera que a variedade das formas de resistência se insere numa continuidade, com raízes nos esforços persistentes dos camponeses para defenderem os seus interesses físicos e materiais fundamentais e para se reproduzirem. As formas de resistência de rotina constituem “the prosaic but constant struggle between the peasantry and those who seek to extract labour, food, taxes, rents and interests from them.” (Scott, 1986: 6). Nos contextos de fronteira pode inserir-se o contrabando na resistência quotidiana, contando com a conivência dos vizinhos e

entendida em função da fruição urbana e associada à sua recriação, a noção de património adquire uma outra latitude, sendo-lhe acopladas algumas expressões eruditas (cultural; material; imaterial). Abordarei três níveis deste processo.

Em primeiro lugar, ser da raia é uma condição com implicações na vida quotidiana e nas decisões que os indivíduos tomam: a fronteira constitui um vínculo oportuno (Hily, 1997: 53). Como salienta Fredrik Barth, as distinções étnicas não dependem da ausência de interacção e de aceitação social, mas antes constituem o seu fundamento (Barth, 1969). Em tempos recentes, a supressão da fronteira entre Portugal e Espanha trouxe alterações consideráveis, com a desertificação demográfica a acentuar-se dum e doutro lado, havendo que reorganizar as vidas com novos recursos. Na fronteira, a soberania dos Estados colide com a propriedade, o que explica o traçado ziguezagueante em alguns troços da linha delimitadora. Entre a propriedade e a nacionalidade, é frequente que as populações locais queiram fazer triunfar a primeira, enquanto que a perspectiva estatocêntrica é inversa, com o triunfo do princípio da nação. Se a soberania pressupõe um nível identitário entre um *eu* abrangente e um *nós* colectivo, já a propriedade pressupõe uma apropriação, um *meu* face a um *teu*, susceptíveis de utilizar a seu favor a dicotomia anterior.

Em segundo lugar, as lógicas centrais remeteram longamente para noções de soberania inerentes aos estados nacionais modernos, edificando universos legais que marginalizaram ou entraram em conflito com determinadas práticas da vida raiana, nomeadamente o contrabando. Confrontaremos aqui o discurso iluminista em torno das fronteiras com as práticas locais, reflectidas no espelho desse mesmo discurso e que perduraram, unindo os fronteiriços, como um recurso extra para viver melhor. Na actualidade, essas práticas são alvo de emblematização, patrimonialização e turistificação a nível local.

mesmo dos agentes dos Estados centrais inseridos nas redes locais. A dialéctica do disfarce e da vigilância, que impregna as relações entre os fracos e os fortes ajuda a entender os padrões culturais da dominação e da subordinação, bem como a utilização sábia do registo escondido e do registo público. Através da discrepância entre um e outro pode avaliar-se o impacto da dominação no discurso público (Scott, 1992: 58)

Em terceiro lugar, o discurso de elementos dos vários grupos sociais permite uma interrogação do nível do “popular” e seu enquadramento numa nova maneira de mostrar, percorrer e fruir: a rota ou o percurso e as festas emblematizantes, estas últimas abordadas num texto anterior (Godinho, 2006). Num momento em que o tradicional e o popular renascem associados ao turismo, ao ócio e à afirmação identitária de grupos particulares, o segmento de fronteira em questão, mercê da construção duma nação galega sub-estatal revela ainda uma complexidade acrescida. Com a alteração das condições do mundo rural, mitigada que foi a sua função de produção de alimentos, assiste-se à proliferação de museus etnográficos e ao aparecimento de novas modalidades de fruição com a busca de “autenticidade” e com um ênfase simultâneo na vida ao ar livre, num ambiente “puro”, que restaura o corpo, numa construção cultural sobre a proximidade e a identificação com a natureza. A forma itinerante de conhecer a ruralidade do passado está a ser dinamizada nesta fatia da raia, através de circuitos pedestres que percorrem a fronteira e certos aspectos da sua história (episódios da guerra civil de Espanha), da sua organização objectificada (o Couto Mixto e os “povos promíscuos”), e das suas práticas (o contrabando, as festas, os ritos, a gastronomia). A apropriação e a reapropriação da fronteira fazem-se através de agentes e mediadores culturais, que actuam em diferentes escalas, entre o local, o regional, a nação sub-estatal e o transnacional.

2. PATRIMÓNIO: DA “CASA” À REASSUNÇÃO DA RAI A QUE DELEITA

A produção antropológica sobre este contexto (Dias, 1953; Lisón Tolosana, 1983; O’Neill, 1984; Brito, 1996; Godinho, 2006) detectou uma realidade que acompanhou de forma duradoura as populações desta zona. A unidade corporativa “casa” centralizou longamente as estratégias de reprodução dos agregados domésticos ligados à agricultura, que se justapunham, combinavam ou opunham à aldeia, ou “pobo”, como dimensão colectiva dessas mesmas modalidades de reprodução, nomeadamente através de formas de organização comunitária.

O termo “patrimônio” estava associado à herança, recorrendo-se a um conjunto de estratégias para multiplicar as hipóteses de gerir os recursos de cada núcleo doméstico de acordo com as diversas conjunturas internas, conferindo-lhes continuidade⁴. No mais antigo dicionário da língua portuguesa, o termo remete para “bens dados, ou herdados do pai, mãe, avós §Quaesquer bens pertencentes a alguém, dos quaes, ou de seus frutos vive, e se trata” (Bluteau, 1789) e num dicionário de 1981, património é “Herança paterna// Bens de família// Bens indispensáveis para a ordenação de qualquer eclesiástico// Qualquer espécie de bens, materiais ou morais, pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou colectividade” (Machado, 1981).

Desde os anos ’60 que os movimentos migratórios começaram a esvaziar esta zona de fronteira e a sua abertura em 1992 que veio acentuar esse fenómeno, conduzindo à partida de muitos dos que aí se mantinham. Como verificava nos anos ’90 Fernando Oliveira Baptista, “A agricultura já não assegura a vitalidade da sociedade rural, e a terra já não estrutura as relações sociais que nela se estabelecem.” (Baptista, 1996: 68), tendo decaído a sua importância. Paradoxalmente, cresce desde então a procura do rural por parte dos cidadãos, aliado ao turismo e ao lazer. As casas de turismo rural proliferam, aqui com um ênfase acrescido na fronteira e na sua patrimonialização⁵.

Só mais recentemente os dicionários associam o património a modalidades acrescidas, como “bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para humanidade, que passa(m) por um arrolamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)” (Dicionário Houaiss, 2003). No caso do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa é “1. Conjunto dos bens de família, transmitidos por herança. 2.

⁴ Entre as estratégias para manterem esse património destacam-se a idade de tardia de casamento, o celibato dum conjunto de filhos, o casamento entre primos ou entre pares de irmãos, ou as formas de residência natal local após o casamento.

⁵ Ver o caso emblemático de <http://www.padrefontes.com/>. Aqui se propõem roteiros em torno do lobo – que de inimigo passou a espécie protegida -, dos moinhos e pisões, das plantas aromáticas e medicinais, dos tortulhos e miscalros, do contrabando, do Couto Misto ou da medievalidade.

Conjunto dos bens próprios, herdados ou adquiridos. 3. Conjunto dos bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva” (Academia das Ciências de Lisboa, 2001).

Quando o mundo rural se moderniza e se desliga da agricultura, multiplicam-se os museus etnográficos, criam-se novos destinos turísticos nos “espaços de autenticidade” que procuram captar a população urbana, recriam-se festas e manifestações culturais que atraem os turistas e revaloriza-se o artesanato com a ampliação da sua circulação e o aparecimento de novos mercados. Assim se configuram novas modalidades de apropriação e reapropriação do popular e do tradicional, agora enformados na dimensão do “património”, protagonizadas por operadores e mediadores culturais cuja actuação se dilata pelo recurso às tecnologias de comunicação, recobrando diferentes níveis e escalas, entre o local, o regional, o nacional e o transnacional.

A história de vida dum vizinho da aldeia de Lamadarcos, sexagenário, proveniente duma família de lavradores é exemplificativa destas mudanças e estratégias postas em jogo para organizar a vida⁶. Enquanto criança, na economia da casa paterna, viveu a complementaridade entre a agricultura, a pastorícia e o contrabando. Recorda episódios que o seu pai e as suas tias lhe relataram acerca dos riscos que correram no contexto da guerra civil de Espanha e nos anos duros que se lhe seguiram, no “trêlo”. Antes de ir para a tropa, e por se encontrar dependente da casa paterna, granjeava meios próprios no contrabando para conseguir financiar os seus gastos pessoais. Assim

⁶ Para o contexto do Douro Litoral, em duas aldeias do concelho de Famalicão, Karin Wall considera três cenários, consoante o grupo social. Assim, (1) para os camponeses ricos há que «segurar a vida» ou seja, conservar e defender a família e o seu património, com uma orientação instrumental e familiarista, num projecto a longo prazo, com a permanência na casa, uma hierarquia rigorosa das gerações e as regras da vida colectiva. Já para os (2) camponeses pobres trata-se de «organizar a vida», tendo a união familiar como objectivos a ajuda mútua e a maximização das energias do trabalho, com a família nuclear como quadro de referência, com recursos, energias humanas e espaços postos em comum. Finalmente, para (3) os jornaleiros agrícolas, há que «ir à vida» porque todos têm de procurar desvincular-se, num quadro em que a vida familiar, a conjugalidade e as relações sociais em geral são vistas como pouco fiáveis, difíceis de controlar e os que trabalham não podem prever o futuro, com a má-sorte a assolar a toda a hora (Wall, 1998).

procediam praticamente todos os jovens locais, numa actuação transversal aos grupos sociais. Cumprido o serviço militar sem ter de participar na guerra colonial, empregou-se na Guarda Fiscal, tendo circulado por vários postos fronteiriços do país, com a finalidade de se aproximar da fronteira na zona de Chaves, onde a esposa permanecia e ia criando os filhos. Depois de 1992, descontente com as condições emergentes da integração na Brigada Fiscal da GNR, conseguiu reformar-se. Montou então um negócio na cidade próxima e mais recentemente, por nenhum dos filhos lhe querer seguir as passadas, construiu na aldeia uma “cozinha rural”. Ali produz enchidos e fumeiro destinados a um mercado exigente e translocal, cumprindo por um lado com as regras higiénicas exigidas pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica portuguesa e, por outro, remetendo para um universo do passado, com o acento prístino da autenticidade campestre.

3. LÓGICAS DE CENTRO E PRÁTICAS LOCAIS

Os países constroem-se virando mutuamente as costas, erigindo castelos e protegendo-se uns dos outros. O Estado que emergiu com a modernidade, contínuo e indiviso, pretendia exercer poderes sobre um “povo” territorialmente definido, mesmo se residente em povoações remotas, circunscrito por limites claramente traçados. Esta fronteira, que transporta consigo a imagem de fortalezas e conflitos, amaciou desde o séc. XVIII, com a pacificação das relações entre os dois Estados, vindo a ser abalada de novo na segunda invasão francesa.

O reconhecimento inicial do território dos países, com uma perspectiva estatocêntrica própria do Iluminismo, necessita duma delimitação clara, através das fronteiras. O “Diccionario Geographico”, também designado “Memorias Paroquiais”, de iniciativa pombalina, em 1758, tem um significativo papel na pormenorização do conhecimento de Portugal, povoação a povoação, através dum inquérito detalhado aos párocos. Seguir-se-á, em 1798, o *Censo* de Pina Manique, que inclui as terras do reino, as comarcas, as províncias e o número de fogos. No caso espanhol, o censo de Floridablanca em 1787 resulta dum inquérito aos alcaides, com

informação acerca do sexo, da idade, do estado civil, do tipo de habitação e das actividades económicas.

Apesar do desanuviamento das relações entre Portugal e Espanha, com escassos seis anos de permissão, duas obras foram publicadas com uma preocupação similar, em 1758 e em 1764. A primeira, da autoria de Gonçalo da Silva Brandão, denomina-se “Topografia da fronteira, praças e seus contornos, raia seca, costa e fortes da província de Entre Douro e Minho delineada por Gonçalo da Silva Brandão”, e a segunda, da autoria de D. José Cornide, é uma “Descripcion circunstanciada de la costa de Galicia y raya por donde confina con ele inmediato reino de Portugal hecha en el año de 1764”.

No texto de Gonçalo Brandão, a topografia enfatiza as praças-fortes das vilas de fronteira, num itinerário defensivo que circunscreve a raia norte. Na legenda da carta topográfica do Rio Minho entre Valença e Melgaço o autor anota que “Continua o rio até Melgaço, onde não há cousa de notar mais que o Salto, penedos de uma e de outra parte, por entre os quais corre o rio, e qualquer homem salta de um reino a outro, e por isso se lhe deu o nome de Salto.” (Brandão, 1758: 10). Alheio à vida local, salienta a vertente de ligação das populações dum e doutro lado do rio que, tal como se notará nas suas observações acerca do castelo de Castro Laboreiro, lhe parece reprovável:

“Sobre uma serra inacessível está situado o tal castelo, em forma prolongada, diviso em dous de pedra de cantaria. Não sei quem possa defender entrada, nem passagem, e o préstimo que lhe julgo é servir para ninhos de águias (onde há muitas) e covil de ladrões. Os moradores de Castro, gente indómita e intratável, estão aliançados com os galegos” (Brandão, 1758: 14).

Nas preocupações deste engenheiro, a quem o marquês de Pombal encomendara a inspecção da raia, é evidente a perspectiva exterior, de um Estado que quer conhecer-se a partir do centro, com a finalidade de identificar as potencialidades e as riquezas.

Da mesma época é a obra de D. José Cornide (1764). Enquanto que na do português Brandão encontramos laivos regionalistas, este é um texto caracteristicamente iluminista, assente na descrição enciclopédica da geografia e com idênticas preocupações de cariz

militar⁷. No texto de Cornide assume uma feição paradoxal a atenção dada em parágrafos sucessivos à existência de lugares mistos (de convivência entre portugueses e espanhóis) e a intransponibilidade da fronteira em termos militares. Se nas duas obras se enumeram e caracterizam as barras, atalaias, castelos e fortificações, Cornide descreve-os em ambos os países, enquanto na obra de Brandão só o lado português era alvo de atenção circunstanciada.

Um século depois, em 1873, pouco depois do tratado de delimitação de 1864, um coronel do Estado Mayor espanhol que fora membro da comissão de limites, publicaria um estudo descritivo e militar da fronteira, onde expressa um conjunto de considerações acerca da possibilidade de invasão de Espanha por Portugal. A obra de D. José de Castro y Lopez, dividida em duas partes, descreve na primeira destas a topografia dos limites, enquanto a segunda é dedicada a considerações de ordem militar, avaliando os meios de defesa espanhóis nas zonas de fronteira⁸. Salientando que, historicamente, a incursão portuguesa por terras de Espanha sempre fora feita pelo sul, concentra as suas energias militares a explicitar e a considerar todas as hipóteses de invasão e meios de defesa.

A perspectiva militar e estatocêntrica enfatiza os castelos e fortificações, numa avaliação das suas potencialidades e estado de conservação, a que junta igualmente os rios, as estradas que cruzam a fronteira e as que lhe são paralelas. A preocupação é reconstituir o património da nação, reconhecer-lhe as vulnerabilidades, chamando

⁷ Estes cuidados ficam patentes acerca dum convento em Verín que “pode surgir numa urgência como hospital de campanha (Cornide, 1564: 159), em considerações acerca de Castro Laboreiro:”Na parte de Portugal há um castelo antigo de pouca defesa e menos fortaleza: mas está situado num cerro tão empinado, escabroso e rodeado de montanhas tão inacessíveis que parece impossível atacá-lo, nem depois serviria de muito.” (Cornide, 1764: 147), ou na avaliação que faz da disponibilidade de homens robustos para a guerra, a quem só faltariam as armas e os chefes para poderem conter os inimigos (Cornide, 1764: 154).

⁸ Assim, “En la entrada por el valle del Támeiga, el invasor no encuentra dificultades para llegar á Verín, situándose sobre la carretera general de Castilla, cuyo trazado bastante próximo allí à la frontera no tiene delante obstáculo alguno que la defienda. Las dificultades aparecen sin embargo conforme se va penetrando hacia el interior, donde queda contrarestada la ventaja de aquel fácil acceso por los obstaculos que presentan los accidentes del terreno, cruzado de ásperas sierras, por falta de caminos transitables a carruajes, y por la escasez de recursos que el país ofrece.” (Castro y López, 1873: 87).

François Guichard a atenção para o facto de terem sido pouco úteis aos habitantes locais estas praças-fortes, hoje convertidas em jóias arquitectónicas militares de uso turístico, em regiões “ameaçadas pelo abandono e pela agonia económica” (Guichard, 1997: 37).

Se a visão dos representantes dos Estados centrais é reencontrável hoje, na ênfase conferida à conservação dos castelos, já localmente é realçada a maneira de usar a fronteira, retirando benefícios. Se o desmantelamento do castelo de Wamba o transformara num aglomerado de pedras desconjuntado que tanto preocupava o erudito cidadão, uma outra noção de património se sobrepunha localmente. Quando passei com algumas mulheres da aldeia nas suas imediações e abordei o assunto, assumiram a utilidade das pedras para as unidades domésticas e para a comunidade no passado. Desfazer o castelo permitira refazer os caminhos, as casas, os tanques, numa lógica de aproveitamento e reciclagem com vista a melhoramentos particulares ou colectivos.

Nesta periferia particular, que é o centro dum conjunto de relações sociais, o reconhecimento do contrabando como uma ocupação fulcral dos habitantes raianos permite compreender a forma fluida da noção de espaço económico nacional que opera nos limites territoriais entre dois Estados. Para ser entendido na sua plenitude, o contrabando exige um enquadramento nos modos de vida das povoações da raia e, a um nível microscópico, nas estratégias de sobrevivência dos núcleos domésticos, requerendo uma abordagem das formas económicas, das relações sociais e das construções culturais. Episódios reveladores da obstinação, da astúcia e da coragem dos contrabandistas circulam com alguma abundância nos povoados da raia, integrando formas da “pequena tradição” no sentido redfieldiano que legitimam e celebram como heróis aqueles que, no meio local, ousam afrontar um poder armado com aquilo a que James Scott chamou “*as armas do fraco*”.

Como crime contra o Estado, por subtrair às taxas alfandegárias as mercadorias transaccionadas, não era localmente reprovável, ao contrário dos crimes contra a propriedade ou as pessoas. Integrava-se num modo de vida em que a fronteira estava incorporada, que fazia utilização da diferença entre os vizinhos dum e doutro lado e que considerava conveniente a manutenção desse limite.

A convivência com a linha delimitadora transformou-se com as novas condições, emergentes da desarticulação agrícola que se iniciou com os processos migratórios. Essa desvitalização foi coincidente com a integração de Portugal e Espanha dum espaço transnacional, que banuiu os aparelhos de fronteira entre os dois países. Se, por um lado, este troço fronteiro integra hoje os fluxos mundiais e serve à passagem clandestina de produtos interditos, por outro tornou-se objecto de emblematização, patrimonialização e turistificação local.

4. “A BELEZA DO RESSUSCITADO”: UMA CERTA MANEIRA DE CALCORREAR O *POPULAR* NA FRONTEIRA

Numa reflexão sobre as condições sociais, políticas e ideológicas, que no séc. XIX, tornam o «popular» um objecto de curiosidade científica, através do qual se legitimam a etnografia e o folclore, Jaques Revel, Michel de Certeau e Dominique Julia argumentam que a sua reputação entre as elites cultas oitocentistas é fruto do diagnóstico que o dá como «em vias de extinção», em ruínas, num artigo sintomaticamente intitulado “A beleza do morto” (Revel *et al.*, 1990: 49). Tornado matéria-prima para a construção das culturas nacionais, inócuo e desgarrado do contexto em que emergia, o *popular* só se tornou objecto de interesse porque o seu perigo foi eliminado. Antes censurado, vigiado e expurgado pelo seu cariz perigoso e subversivo, passa a estar conotado com a pureza, a inocência, as origens, a ingenuidade, ou a natureza. Esse fenómeno de estetização e preservação do que é arredado dos modos de produção, atribuindo um novo formato mercantil aos recursos culturais e ao conhecimento local, tem como agentes os elementos das elites, em vários patamares, que replicam uma idêntica lógica empreendedora. Nesta reinvenção do «popular» na fronteira, mesmo o que fora subversivo e desautorizado é agora valorizado, contribuindo para a existência de sentidos multifacetados na identidade dos lugares. Com a desvitalização da agricultura local e com a abertura das fronteiras, a “cultura popular” e as “tradições” que lhe estavam associadas parecem revelar uma tendência para serem ressuscitadas ou recriadas, no momento exacto em que o seu desaparecimento parecia iminente.

Em Dezembro de 2006 participei em Chaves num congresso sobre a memória da guerra civil de Espanha na fronteira, que incluía uma cerimónia em Cambedo da Raia, com um acto de homenagem aos seus habitantes pelo acolhimento dado a guerrilheiros anti-franquistas durante o período que se seguiu à guerra civil espanhola. Cambedo perdeu população para a cidade e para fora do país, tal como as outras povoações da zona, ocupando-se os seus habitantes mais velhos duma agricultura residual, enquanto os de meia-idade desenvolvem actividades fora, regressando pendular, semanal ou ritualmente. A partir de meados da década de 1990 a aldeia começou a ser visitada com frequência por forasteiros portugueses e galegos. Integra mesmo uma rota de senderismo em virtude dum processo a que não é alheia a investigação acerca do grupo de “maquisards” que ali se acoitou (AAVV, 2004; Godinho, 1993). A Coordenadora Galega de Roteiros (COGARRO) integra a povoação nos seus percursos, publicitados nos meios de comunicação galegos e com alguma adesão. Os caminhos que seguiam os contrabandistas do passado são hoje visitáveis través dessas rotas e em cursos de verão contam-se algumas peripécias das modalidades de cruzamento da fronteira, hoje esvaziadas. Em 2007 foi inaugurado em Vilardevós um Centro de Interpretación do Contrabando, dinamizado por uma associação local, que vem organizando colóquios, sessões diversas e passeios, e que explora um albergue destinado aos turistas.

Um vizinho que participava na logística festiva, interrogava-me sobre o possível sucesso na aldeia duma casa de turismo rural que acolhesse os visitantes, dando-lhes oportunidade de provarem a gastronomia de produção local, o pão e o fumeiro. Poderiam assim mostrar-lhes com detalhe Cambedo, os espaços associados aos acontecimentos trágicos de 1946, os locais de passagem de contrabando e as ruínas do castelo de Wamba - todo um pacote de passado, compactado e digerível, visando reter por mais tempo os visitantes de passagem, alargando a modalidade corredia dos roteiros.

O vizinho de Cambedo, que passou alguns anos fora e que tem uma rede social que extravasa largamente o contexto aldeão, demonstrava a dupla possibilidade oferecida por uma instalação que acolhesse os visitantes e onde pudessem fruir os produtos da terra, que os forasteiros demonstram sempre apreciar. Por um lado, assim

umentariam os afluxos económicos e a auto-estima local, debilitados pelo abandono de tantos vizinhos. Por outro, o conhecimento local seria valorizado e a reputação da aldeia expandir-se-ia com a ampliação da sua escala de projecção.

O outro vizinho que recusara deixar sair as peças arqueológicas parece ter sido prenunciador deste novo movimento, destas rotas e deslocações que fazem com que também os alegados vestígios do castelo de Wamba sejam hoje apontados como uma outra potencialidade local para atrair turistas. Se foi desfeito quando a noção de património remetia para uma economia centrada na casa como unidade corporativa, essas ruínas são hoje parte duma possível proposta de roteiro, num percurso pela natureza que remete para uma nova percepção localizada acerca do património e da história.

A actividade da COGARRO e os trajectos pela raia seca que promove inserem-se na delimitação da nação sub-estatal galega, ao mesmo tempo que contribuem para o reforço das relações de fronteira, expandindo-as a um público urbano. Os percursos pela raia, seja em torno do contrabando, seja de segmentos do passado, entre o épico e o que remete para uma ruralidade imaginada, são organizados em rotas e oscilam entre duas funções. Por um lado, estão ajouçados com o peso forte da “tradição”, que remonta a uma ruralidade específica. Por outro, pretendem integrar a vida ao ar livre e o exercício prazenteiro numa óptica de consumo cultural, em que a caminhada, num percurso sinalizado ou com guias locais, permite uma revivescência do “popular” na fronteira.

Luc Boltanski e Ève Chiapello demonstram como a *mercantilização da diferença* endogeniza a procura de diferenciação e de desmassificação (Boltanski e Chiapello, 1999: 533), conferindo novo fôlego ao “popular”. Nos exemplos referidos, emergem perspectivas em torno do passado com vozes múltiplas que reflectem a inserção no contexto: os vizinhos (com destrinças internas por idade, sexo, grupo social), os turistas visitantes, os mediadores (técnicos, agentes turísticos, jornalistas, antropólogos), os representantes do poder local. As formas patrimoniais, materiais ou imateriais, com remissão para um tempo anterior e ultrapassado, não são, todavia desligadas do seu contexto espacial anterior. As novas modalidades, os roteiros e o

senderismo, adequam-se a um momento em que o passado, designado como *país estrangeiro* por Hal Hartley (cit. Lowenthal, 1985), traz contigo a exotização do tempo, quando uma monocultura global torna o espaço menos passível de fornecer esse elemento.

Como lembra David Lowenthal, a história é em simultâneo, menos e mais do que o passado (Lowenthal, 1985). Na zona estudada, a atitude quanto ao passado oscila entre duas posições, como o pêndulo de Foucault. Por um lado a sua cristalização, embalsamando práticas que eram subversivas e ocultas, como sucede com as rotas do velho e romântico o *trêlo*, com a finalidade de as mostrar e projectar para fora. Por outro, um passado revitalizado e fruído, em que os habitantes da aldeia detectam uma possibilidade de futuro com ganhos presentes.

BIBLIOGRAFÍA

AAVV (2004) *O Cambedo da Raia. 1946. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) *Dicionário da Língua portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Verbo.

AZEREDO, Carlos (1984) *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, Museu Militar

(2005) *Aqui não passaram!*, Lisboa, Civilização.

BARTH, Fredrik, org. (1969) (1976) “Introducción”, *Los grupos étnicos y sus fronteras – La organización social de las diferencias culturales*, México, Fondo de Cultura Económica.

BLUTEAU, Raphael (1789) *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Oficina de Simão Thadeu Ferreira.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve (1999) *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.

BRITO, Joaquim Pais de (1996) *Retrato de aldeia com espelho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

DIAS, António Jorge (1981(1953)) *Rio de Onor , comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença.

GODINHO, Paula (2006) *O leito e as margens - Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa, Colibri.

(2005) “Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa”, *Patrimonio cultural: politizações e mercantilizações*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilha, Setembro de 2005

(1993) “O grupo do Juan e a importancia da rede social”, *A Trabe de Ouro – Publicación Galega de Pensamento Crítico*, tomo IV, ano IV, pp.571-583

HILY, Marie-Antoinette (1997) “Negociación y transgresión en la frontera luso-española (Foios)” in LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; LOIS GONZÁLEZ, Rubén; GUICHARD, François (coord.) *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 47-54.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (2003) *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates.

LÍSON TOLOSANA, Carmelo (1973) “La casa en Galicia”, *Ensayos de antropología social*, Madrid. Ayuso: 109-164.

LOWENTHAL, David (1985) *The past is a foreign country*, Cambridge, CUP.

MACHADO, José Pedro (1981) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro.

O’NEILL, Brian (1984) *Proprietários, lavradores e jornaleiras*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

REVEL, Jacques *et al.* (1990) “A beleza do morto: o conceito de «cultura popular»” in Jacques Revel, *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel.

SCOTT, James (1986) “Everyday forms of peasant resistance”, *Journal of Peasant Studies*, vol 13, nº2, Jan, pp 5-35.

SCOTT, James (1992) “Domination, Acting and Fantasy”, in NORDSTROM, C; MARTIN, J. (ed.) *The paths to Domination, Resistance and terror*, Berkeley e Los Angeles, UCP.

WALL, Karin (1998) *Famílias no campo – Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.